

Andali S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Andali S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andali S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andali S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Andali S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	15.632	18.255	Fornecedores	17	1.543	3.120
Contas a receber de clientes	10	6.026	6.091	Empréstimos e financiamentos	18	4.661	3.555
Estoques	12	855	1.460	Adiantamento de clientes		3.289	3.438
Impostos a recuperar	11	4.796	3.159	Obrigações trabalhistas	19	3.614	3.177
Outros créditos		3.617	832	Impostos a recolher	21	3.330	315
		<u>30.926</u>	<u>29.797</u>	Outros passivos	20	5.847	6.462
				Passivo de arrendamentos	24	1.344	-
						<u>23.628</u>	<u>20.067</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	11	312	9	Empréstimos e financiamentos	18	20.452	21.852
Outros créditos		566	568	Provisões para contingências	23	914	174
Investimentos		13	13			<u>21.366</u>	<u>22.026</u>
Propriedade para investimentos	14	7.093	10.738				
Imobilizado	15	46.043	46.114				
Intangível	16	106	92	Patrimônio líquido			
Ativos de direito de uso	24	1.306	-	Capital social	25.a	23.495	23.495
		<u>55.439</u>	<u>57.533</u>	Reserva de capital	25.b	15.005	15.005
				Reserva legal	25.c	923	923
				Reserva de retenção de lucros	25.d	1.948	5.815
						<u>41.371</u>	<u>45.238</u>
		<u>86.365</u>	<u>87.331</u>			<u>86.365</u>	<u>87.331</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida de vendas	26	47.504	68.789
Custo dos produtos vendidos	27	<u>(32.562)</u>	<u>(41.086)</u>
Lucro bruto		<u>14.942</u>	<u>27.703</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(6.003)	(19.932)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>4.799</u>	<u>1.126</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		<u>13.738</u>	<u>8.897</u>
Despesas financeiras	28	(1.868)	(1.866)
Receitas financeiras	28	<u>763</u>	<u>495</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(1.105)</u>	<u>(1.371)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>12.633</u>	<u>7.526</u>
Imposto de renda - corrente	22	(3.509)	(67)
Contribuição social - corrente	22	<u>(1.332)</u>	<u>(34)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>7.792</u>	<u>7.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	7.792	7.425
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>7.792</u></u>	<u><u>7.425</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018		23.495	15.005	923	5.959	-	45.382
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	25.e	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.425	7.425
Dividendo mínimo obrigatório	25.e	-	-	-	-	(5.569)	(5.569)
Retenção de lucros	25.d	-	-	-	1.856	(1.856)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>23.495</u>	<u>15.005</u>	<u>923</u>	<u>5.815</u>	<u>-</u>	<u>45.238</u>
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	25.e	-	-	-	(5.815)	-	(5.815)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.792	7.792
Dividendo mínimo obrigatório	25.e	-	-	-	-	(5.844)	(5.844)
Retenção de lucros	25.d	-	-	-	1.948	(1.948)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>23.495</u>	<u>15.005</u>	<u>923</u>	<u>1.948</u>	<u>-</u>	<u>41.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.792	7.425
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	5.086	6.265
Depreciação de arrendamento	3.739	-
Baixa de saldo residual do ativo imobilizado e intangível	223	10.321
Baixa de propriedade para investimento	(2.755)	-
Provisão para contingência	145	(1.301)
Despesas com juros e variação cambial não realizadas	997	-
Juros de arrendamento	231	-
Variações nos ativos e nos passivos		
Contas a receber de clientes	65	1.692
Estoques	605	(683)
Outros créditos	(3.412)	675
Impostos a recuperar	(1.941)	25
Depósitos judiciais	595	986
Ativos de direito de uso	(5.045)	-
Fornecedores	(1.577)	656
Obrigações trabalhistas	437	(463)
Impostos a recolher	4.993	(277)
Outros passivos	(260)	197
Passivos de arrendamento	1.113	-
Adiantamento de clientes	(149)	2.523
	<u>10.882</u>	<u>28.041</u>
Impostos pagos	<u>(1.978)</u>	<u>(2.100)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>8.904</u>	<u>25.941</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.252)	(8.344)
Alienação de propriedades para investimentos	6.400	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das (usado nas) atividades de investimento	<u>1.148</u>	<u>(8.344)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	2.844	-
Pagamento de parcela de empréstimos	(3.659)	(3.472)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(476)	(65)
Distribuição de dividendos	(11.384)	(7.545)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(12.675)</u>	<u>(11.082)</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.623)</u>	<u>6.515</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.255	11.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.632</u>	<u>18.255</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.623)</u>	<u>6.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Andali S.A. é uma prestadora de serviços industriais e logísticos, que tem como principais atividades a industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel nos módulos ferroviário e rodoviário. Também atua com soluções de integração logística voltadas ao segmento de fertilizantes.

Em 30 de março de 2012 foi aprovada em Reunião de Sócios Quotistas a transformação da sociedade passando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade anônima.

Em 29 de junho de 2012 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pelo novo acionista CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, sede matriz localizada Avenida Iguaçú, 2820 - Curitiba - PR e filial em Rondonópolis - MT na Rodovia BR 163 - KM 94 - Lote 2ª s/n.

Em dezembro de 2018, a Administração optou por encerrar as atividades da unidade de Paranaguá - PR.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 30** - mensuração e classificação de instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia..

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 5(m).

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda ativos, como estruturados/galpões de vinilona e infláveis – utilizados para armazenamento de produtos, veículos, pás carregadeiras e imóvel. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: A Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo estruturados/galpões de vinilona e infláveis – utilizados para armazenamento de produtos, veículos, pás carregadeiras e imóvel. O impacto na transição está resumido abaixo.

<i>Em milhares de reais</i>	<i>Em 1° de janeiro 2019</i>
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	5.045
Passivos de arrendamento	5.045

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1° de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,16% a.a..

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita com clientes

A receita de venda no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle inerente a propriedade dos bens e serviços foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa

ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Rendimentos com aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de aquisição.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

g. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis dos ativos intangíveis (softwares) foram estimadas em 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos estão demonstradas ao valor de custo, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado, como receita operacional.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA(valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento

aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira.

j. *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

k. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada

para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- Reestruturação de um valor devido ao Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no

tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações do CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Depósitos bancários em conta-corrente	25	58
Aplicações financeiras	<u>15.607</u>	<u>18.197</u>
	<u>15.632</u>	<u>18.255</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 93% e 97% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

10 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Contas a receber de clientes	5.955	5.860
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa 29)	<u>71</u>	<u>231</u>
	<u>6.026</u>	<u>6.091</u>

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2019	2018
A vencer	3.785	5.903
Vencido até 30 dias	138	167
Vencido de 31 até 60 dias	2	21
Vencido de 181 até 360 dias	<u>2.101</u>	<u>-</u>
	<u>6.026</u>	<u>6.091</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2019 é de 25 dias (25 dias em 2018). Em razão do baixo histórico de perdas da Companhia, a Administração entendeu não haver necessidade de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os valores vencidos há mais de 181 dias referem-se, substancialmente, a operações com um cliente, para o qual a Companhia possui garantias reais referentes a estoques armazenados em suas unidades, cujas providências para a transferência efetiva de propriedade, e posterior venda, já encontram-se em curso. Desta forma, nenhuma provisão perdas na realização destes valores foi considerada necessária.

11 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
PIS e COFINS a recuperar (c)	1.021	-
ICMS a recuperar (a)	1.330	552
IRRF a recuperar (b)	139	327
IRPJ a recuperar (b)	1.793	1.537
CSLL a recuperar (b)	660	564
Outros impostos a recuperar	165	188
	5.108	3.168
Circulante	4.796	3.159
Não circulante	312	9

- (a) O crédito do imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) é proveniente da movimentação com estoques de terceiros e aquisições de ativos imobilizados.
- (b) Saldo conta de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), é proveniente das movimentações de resgate das contas aplicações financeiras e antecipações por pagamentos por estimativa.
- (c) Saldo referente a recuperação de créditos de PIS e COFINS, como por exemplo, manutenções industriais e civil, locação de equipamentos e serviços de engenharia.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Material de consumo	127	92
Material mecânico	379	358
Material para revenda	266	930
Outros	83	80
	855	1.460

13 Estoques de terceiros em poder da Companhia

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Produtos para industrialização	137.757	137.757	95.111	95.111
Produtos para armazenagem	16.600	16.600	47.173	47.173
Embalagens	4.212	4.212	3.633	3.633
	158.569	158.569	145.917	145.917

A Companhia é responsável pela guarda e armazenamento de estoques de terceiros cujos termos e condições são previstos em contratos celebrados entre as partes que incluem, entre outros, margem de tolerância para eventuais perdas (“quebras”) decorrentes do manuseio e movimentação de tais estoques. A Companhia possui controles sobre as quebras de estoques de terceiros, sendo que não foram identificadas circunstâncias em que as quebras reais sejam

superiores àquelas previstas em contrato. Os saldos de estoques de terceiros em poder da Companhia são apresentados de maneira líquida entre ativos e passivos no balanço patrimonial.

14 Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2019, as propriedades para investimento incluem 1 (um) terreno da unidade de Paranaguá/PR cujas operações foram desativadas durante o exercício e que, portanto, passaram a ser mantidos com a finalidade de valorização de capital. Em 31 de dezembro de 2018, as propriedades para investimentos era representado por 3 (três) terrenos, e que durante o ano de 2019, 2 (dois) terrenos foram vendidos.

A Companhia optou pelo método de mensuração a custo para fins de registros contábeis das propriedades para investimento. Conforme requerido pelo CPC 28, que requer, nestas circunstâncias, a divulgação do valor justo das propriedades para investimento, a Companhia contratou empresa especializada que emitiu laudo de avaliação atestando o seu valor justo de R\$ 14.000 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 19.480 em 2018).

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

As propriedades para investimento tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que as propriedades para investimento poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Terrenos	-	4.200	-	4.200	4.200	-	4.200
Edificações	4%	41.244	(7.606)	33.638	40.232	(5.498)	34.734
Máquinas e equipamentos	10%	14.601	(7.814)	6.787	10.767	(5.873)	4.894
Veículos	20%	1.073	(620)	453	2.060	(1.185)	875
Móveis e utensílios	10%	401	(171)	230	328	(125)	203
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	329	(60)	269	329	(36)	294
Computadores e periféricos	20%	1.450	(984)	466	1.302	(388)	914
		<u>63.298</u>	<u>(17.255)</u>	<u>46.043</u>	<u>59.218</u>	<u>(13.105)</u>	<u>46.114</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	11.679	35.354	9.110	1.502	319	4.107	487	2.472	65.030
Adição	-	1.928	1.275	138	15	1.456	630	2.902	8.344
Transferências para propriedades para investimentos (a)	(7.479)	(1.380)	(391)	(227)	(25)	-	-	(1.236)	(10.738)
Depreciação	-	(1.168)	(2.538)	(501)	(42)	(347)	(1.634)	-	(6.230)
Baixa de custo (b)	-	-	(7.599)	(478)	(196)	(5.494)	(275)	(4.138)	(18.180)
Baixa de depreciação (b)	-	-	5.037	441	132	572	1.706	-	7.888
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.200	34.734	4.894	875	203	294	914	-	46.114
Adição	-	1.012	3.834	157	80	-	148	-	5.231
Depreciação	-	(2.108)	(1.941)	(356)	(53)	(25)	(596)	-	(5.079)
Baixa de custo	-	-	-	(1.144)	-	-	-	-	(1.144)
Baixa de depreciação (c)	-	-	-	921	-	-	-	-	921
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.200	33.638	6.787	453	230	269	466	-	46.043

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 2018, a Companhia encerrou suas atividades na filial de Paranaguá. Com isso, o valor residual dos ativos fixos foram reclassificados para a rúbrica de propriedade para investimentos, conforme evidenciado na nota explicativa 14.
- (b) Refere-se, substancialmente, ao ativo baixado na desmobilização e encerramento das atividade da unidade de Paranaguá - PR.
- (c) Refere-se ao ativo fixo baixado na venda de pás carregadeiras de Rondonópolis - MT.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2019			2018		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	368	(262)	106	347	(255)	92
		<u>368</u>	<u>(262)</u>	<u>106</u>	<u>347</u>	<u>(255)</u>	<u>92</u>

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Fornecedores de serviços e materiais	1.542	1.765
Outros	1	1.355
	1.543	3.120

O período médio de pagamento de fornecedores de serviços e materiais é de 30 dias (35 dias em 2018).

18 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	2019	2018
Banco Komatsu	9,75% a.a.	26/09/2024	707	-
Banco Volvo	6% a.a.	17/08/2020	9	226
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	3.945	3.329
			4.661	3.555
Não circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento		
Banco Komatsu	9,75% a.a.	26/09/2024	2.662	-
Banco Volvo	6% a.a.	17/08/2020	-	117
Banco do Brasil	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/12/2027	17.790	21.735
			20.452	21.852

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	3.619	25.325	28.944
Transferências	3.473	(3.473)	-
Amortização - principal	(3.472)	-	(3.472)
Amortização - juros e variações	(65)	-	(65)
Saldo em 31 de dezembro 2018	3.555	21.852	25.407
Captações	2.844	-	2.884
Provisão de juros	321	676	997
Transferências	2.076	(2.076)	-
Amortização - principal	(3.659)	-	(3.659)
Amortização - juros e variações	(476)	-	(476)
Saldo em 31 de dezembro 2019	4.661	20.452	25.113

Em setembro de 2019 foi assinado empréstimo para financiamento do projeto de internalização das Pás Carregadeiras da unidade de Rondonópolis - (MT), com linhas de financiamento do Banco Komatsu para compra de 6 (seis) máquinas com juros médios de 9,75% a.a. já com descontos de

adimplência, sem carência de para pagamento de amortização do principal, e este financiamento se estendera até setembro de 2024, sendo o Banco Komatsu como repassador.

Vencimento da dívida no não circulante

	2019
2021	4.652
2022	4.652
2023	4.652
2024	4.647
2025	616
2026	616
2027	616
	20.452
	20.452

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados, totalizando o montante de R\$ 25.113 em 31 de dezembro de 2019.

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“covenants”), relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia detém cinco empréstimos bancários, na modalidade de Fname e FCO Empresarial - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, no montante de R\$ 21.735 (R\$ 25.064 em 2018), que, de acordo com os termos do contrato, com vencimento até o ano de 2024. Os contratos contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) estabelecendo que, anualmente, sejam cumpridos determinado índice financeiro, calculado com base nas demonstrações financeiras anuais e auditadas, que é de não ultrapassar o indicador de dívida financeira/ebitda em 4,0 vezes até o vencimento dos financiamentos.

O eventual não atingimento destes *covenants* implica na possibilidade da exigência da liquidação antecipada pela respectiva contraparte.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

19 Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Salários a pagar	711	482
Férias a pagar	755	694
FGTS	104	79
INSS	333	256
PPR - Participação nos lucros	1.095	1.211
Outros	616	455
	3.614	3.177
	3.614	3.177

20 Outros passivos

	2019	2018
Seguros a pagar	3	182
Dividendos a pagar (nota explicativa 25.e)	5.845	5.569
Outras contas a pagar	-	711
	5.847	6.462

21 Impostos a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
IRPJ e CSLL a recolher	2.863	-
PIS e COFINS a recolher	429	173
Outros impostos	38	142
	3.330	315

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.633	7.526
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(4.295)	(2.559)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	146	(165)
Efeito de diferido não constituído		
(+/-) Diferença depreciação fiscal e societária	(70)	482
(+/-) Provisões contingenciais e gerais	380	1.004
(+/-) Receita de contrato com cliente (CPC 47)	(1.002)	1.137
	(4.841)	(101)
Imposto de renda	(3.509)	(67)
Contribuição social	(1.332)	(34)

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

23 Provisão para contingências

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019			2018
	Contingência	Depósito judicial	Contingências líquidas	Total
Trabalhistas	677	34	643	(97)
Cíveis	-	-	-	-
Tributárias	271	-	271	271
	<u>948</u>	<u>34</u>	<u>914</u>	<u>174</u>

Processos com probabilidades de perda possível

Existem outras contingências passivas de natureza tributária, cível e trabalhista, surgidos no curso normal dos negócios, os quais, na opinião dos assessores jurídicos das Companhia, têm expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os valores em risco decorrentes dos processos com possibilidade de perda possível estão descritos abaixo:

	2019	2018
Tributária	975	-
Trabalhista	309	621
Cíveis	795	761
	<u>2.079</u>	<u>1.382</u>

24 Arrendamentos

Os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos relacionados a propriedades e equipamentos arrendados estão assim apresentados:

	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamentos
Em 1º de janeiro de 2019	5.045	5.045
Depreciação	(3.739)	-
Pagamentos de arrendamentos	-	(3.470)
Ajuste a valor presente	-	(231)
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.306</u>	<u>1.344</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Ajuste a valor presente	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	<u>1.389</u>	<u>(45)</u>	<u>1.344</u>
	<u>1.389</u>	<u>(45)</u>	<u>1.344</u>

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 2019 e 2018, no montante de R\$ 23.495, está representado por 23.495.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Participação	Quotas	Capital
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.	50,00%	11.748	11.748
Vaccari Gonçalves Honding Ltda.	29,50%	6.931	6.931
Krug Holding Ltda.	19,50%	4.582	4.582
Piekarski Holding - Eireli	1,00%	234	234
	<u>100,00%</u>	<u>23.495</u>	<u>23.495</u>

b. Reserva de capital

Em 29 de junho de 2012, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pela CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda., correspondentes a 50% de participação no capital social da Companhia. Do preço de emissão total das novas ações ordinárias, R\$ 22.995 serão destinados como aumento de capital e R\$ 15.005 como ágio na emissão de ações em reserva de capital, conforme previsto na alínea "a" do parágrafo 1º do art. 182 da Lei 6.404/76.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193

da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, amparada na Lei acima mencionada, a Companhia não constituiu a reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de lucros retidos refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados em exercícios anteriores e terá destinação estabelecida conforme for deliberado em Assembleia de Acionistas.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo de 75% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Resultado do exercício	<u>7.792</u>	<u>7.425</u>
(-) Reserva legal 5%	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo para cálculo dividendo mínimo obrigatório	<u>7.792</u>	<u>7.425</u>
Dividendos mínimo obrigatório (75%)	<u><u>5.844</u></u>	<u><u>5.569</u></u>

Adicionalmente, conforme ata de Assembleia Geral Ordinária datada de 16 de janeiro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos da reserva de lucros da Companhia no montante de R\$ 5.815 (R\$ 2.000 em 2018).

Durante o ano de 2019, foram pagos os dividendos mínimo obrigatório distribuídos no exercício anterior no montante de R\$ 5.569 e dividendos distribuídos da reserva de lucros no montante de R\$ 5.815, totalizando o montante de R\$ 11.384.

26 Receita líquida de vendas

A Companhia gera receita principalmente pela gestão de fertilizantes e na realização de serviços relacionados.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	2019	2018
Receita bruta de industrialização	23.700	27.878
Receita de serviços	824	1.669
Receita de armazenagem	8.138	13.370
Revenda de mercadorias	2.776	2.713
Venda de produtos industrializados	11.564	8.258
Outros serviços	5.240	21.924
(-) Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<u>(4.738)</u>	<u>(7.023)</u>
	<u><u>47.504</u></u>	<u><u>68.789</u></u>

27 Custos dos serviços prestado, produtos vendidos e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais da Companhia possui a seguinte composição:

	2019	2018
Salários, encargos e benefícios	(19.993)	(22.927)
Depreciação e amortização	(5.086)	(6.265)
Depreciação de arrendamentos	(3.739)	-
Custo da mercadoria vendida	(2.575)	(4.135)
Manutenção e assistência técnica	(1.846)	(2.596)
Energia elétrica	(974)	(896)
Despesa com viagens	(608)	(559)
Provisões para contingências	(527)	-
Estadia de caminhão	(361)	(374)
Combustíveis e lubrificantes	(314)	(330)
Locação de rodantes	(282)	(4.330)
Frete e carretos	(118)	(116)
Aluguel	-	(4.173)
Gastos com desmobilização filial Paranaguá (a)	-	(12.323)
Outros custos e despesas	(2.142)	(1.994)
	<u>(38.565)</u>	<u>(61.018)</u>
Reconciliação dos custos e das despesas por função		
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(32.562)	(41.086)
Despesas administrativas e gerais	(6.003)	(19.932)
	<u>(38.565)</u>	<u>(61.018)</u>

(a) Trata-se dos gastos de desmobilização da filial de Paranaguá - PR, no encerramento das atividades da unidade ocorrida em 17 de dezembro de 2018.

28 Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros ativos	187	6
Ganhos com aplicações financeiras	563	487
Outros	13	2
	<u>763</u>	<u>495</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(5)	(8)
Juros sobre empréstimos	(1.717)	(1.822)
Juros de arrendamentos	(231)	-
Outros	85	(36)
	<u>(1.868)</u>	<u>(1.866)</u>
	<u>(1.105)</u>	<u>(1.371)</u>

29 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho da Administração e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados foi de R\$ 2.636 (R\$ 2.288 em 2018).

(ii) Outras transações

Os saldos de transações de contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos de partes relacionadas e receitas com partes relacionadas referem-se a prestações de serviço de armazenagem e industrialização para a CHS Agronegócio - Indústria e Comércio Ltda., as quais são realizadas em termos e condições celebrados entre as partes, levando-se em consideração a estrutura da Companhia, podendo, portanto, ser diferentes caso realizados com terceiros que não fazem parte da Companhia.

	2019	2018
Receita de prestação de serviços	9.825	18.019
Contas a receber	71	231
Adiantamento de clientes	3.289	2.665

30 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2019			2018	
		Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo Contábil
Nota					
Ativos					
	9	25	-	25	58
	9	15.607	-	15.607	18.197
	10	6.026	-	6.026	6.091
Passivos					
	17	-	1.785	1.785	3.120
	18	-	25.113	25.113	25.407

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 15.632 (R\$ 18.255 em 2018) nas demonstrações financeiras, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituição financeira de primeira

linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros

aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

31 Transações não envolvendo caixa

Reclassificação de ativo fixo para propriedade para investimento

Durante o ano de 2018, a Companhia encerrou suas atividades na filial de Paranaguá. Com isso, o valor residual dos ativos fixos foram reclassificados para a rubrica de propriedade para investimentos no montante de R\$ 10.738, o qual não impactou as demonstrações do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

32 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes coberturas de seguro e seus respectivos montantes:

Riscos cobertos	Cobertura
Incêndio/Raio/Explosão	105.000
Alagamento	1.000
Vendaval	10.000
Honorários de peritos	200
Danos elétricos	100.000